

REUNIÃO NO CAUÊ

RUBEM BRAGA

RECEBI do sr. José Lindenberg, diretor da Cia. Vale do Rio Doce, uma carta escrita em seu nome pessoal, em que procura rebater as acusações que aqui tenho feito àquela empresa. Não transcreverei essa carta porque ela contém uma expressão insultuosa, que não aceito. Não me interessa manter polêmicas nem, muito menos, revidar insultos com insultos; a só coisa que me interessa nessa questão é impedir que se cometa, por interesse ou burrice, um crime contra a ciência e contra o progresso do Espírito Santo e do Brasil.

O projeto de crime é este: obter, do Governo da União, que a maior reserva florestal do Espírito Santo, a do Barra Sêca, seja entregue à Vale do Rio Doce, que passaria para o Estado um imóvel que tem em Vitória, a sede do Clube Cauê. Em sua carta, o sr. José Lindenberg não nega a existência desse projeto, ou tentativa; afirma, porém, que a Vale não teve nenhuma iniciativa, apenas «aceitou a idéia da permuta... por ver nessa transação a forma de atender a um pedido do Governo do Estado do Espírito Santo».

Apresento meus pêsames ao governador Cristiano dos Santos Lopes: jamais me ocorreu que a iniciativa dessa «transação» pudesse ser de seu Governo, ainda mais que, ao tempo em que era deputado da oposição, atacou o então Governador do Estado em defesa de uma outra reserva florestal, que a Constituição declara «inviolável» e a lei «inalienável».

Foi exatamente para «manter perpétua-mente a proteção da fauna e flora do Espírito Santo» que o Governo Estadual aprovou a transferência da Reserva do Barra Sêca e de outras reservas florestais de proteção integral para a União. Foi exatamente para obviar as pressões de interesses comerciais ou políticos, para impedir ou dificultar o gênero de «transação» aqui referido, que o Estado doou à União essas reservas. Pelo que me diz o sr. José Lindenberg é o próprio Estado que vem agora se empenhar junto à União para que esta desista da doação de uma dessas reservas de maneira a que ela seja entregue à Cia. Vale do Rio Doce!

As reservas florestais federais do Espírito Santo são mínimas, mal chegam a ocupar 2 por cento da área do Estado, quando o ideal seria proteger 15 por cento. Não foram criadas ao acaso, mas escolhidas pelo grande biólogo Melo Leitão e pelo cientista Augusto Ruschi como representativas de todos os tipos fitosionômicos e zoogeográficos do Estado, isto é, são pequenas amostras dos vários tipos de floresta primitiva do Espírito Santo, que era preciso conservar, não só no interesse da investigação científica (pois ali há espécies vegetais e animais ainda não estudadas, e algumas delas não existem em nenhuma outra parte do mundo!) como da economia do Estado, pois serviram,

como já estão servindo, de fornecedoras de sementes e mudas de essências nobres.

Quando a Vale do Rio Doce fala em reflorestar, ela pensa em plantar eucaliptos e pinheiro, árvores que impossibilitam a vida de outras espécies vegetais e animais. Nunca estudou sequer, como até particulares já o fizeram com êxito, a possibilidade de plantar uma peroba ou um jacaraná. Segue o caminho mais fácil, imitando o estrangeiro. Está bem, que faça seu reflorestamento. Mas que o faça nas áreas devastadas. Derrubar uma floresta — mais grave ainda, uma reserva florestal — para fazer «reflorestamento», isso é o que me parece um crime. É um crime altamente rendoso para quem o pratica, pois aquela floresta pode render a curto prazo muito dormente e muito aglomerado de madeira para o fabrico de celulose. Assim, em poucos anos seria destruído o patrimônio natural formado através dos séculos, e destruído para sempre, de maneira irreversível. Já não bastam as florestas compradas a particulares e que vão sendo derrubadas para «reflorestamento» pela Vale do Rio Doce, pela Aracruz, e pela Acesita, esta porque não encontra mais em Minas árvore para transformar em carvão!

O Estado do Espírito Santo está muito pobre, alega-se. Então, por que a Vale do Rio Doce não lhe entrega de graça ou não lhe arrenda por uma quantia simbólica esse famoso Cauê, que só lhe dá prejuízo? Por que ela «aceita» trocar esse elefante branco por uma reserva florestal inalienável, inviolável, patrimônio sagrado não só do Espírito Santo como da Humanidade, pois é uma pequena amostra insubstituível da Criação do Senhor? Não será com essa mentalidade imediatista, grosseira, primária, que poderemos lutar contra o subdesenvolvimento. As reservas florestais, devidamente estudadas — e elas fornecem campo para estudos de todas as Universidades do Brasil —, podem revelar novas riquezas, novas esperanças não apenas para a nossa economia como para todo o campo das ciências naturais. Reduzir até mesmo esses santuários mínimos a carvão ou dormentes é trabalho de brucutu.

Estão reunidos neste momento lá em Vitória, na sede do famigerado Cauê (clube que a Cia. construiu só para seus empregados diplomados...) por uma feliz iniciativa do Clube de Engenharia presidido pelo engenheiro Hélio de Almeida, as altas autoridades federais e estaduais, técnicos e organizações particulares, para estudar os prementes problemas do Espírito Santo. Espero que a Cia. hospedeira e o Estado hospedeiro não aproveitem a oportunidade para levar o Governo Federal a aprovar essa «transação» ignóbil, que seria um atestado de inconsciência e de irremediável estupidéz do homem brasileiro.

DN - 31.1.68